



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, atendendo a uma solicitação do nosso Presidente, Senador Lobão Filho, faço a abertura dos trabalhos desta reunião.

Havendo número regimental, declaro iniciada a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação de matérias constantes da Pauta nº 26, de 2013.

Ocorre que ontem foi o último dia de prazo para apresentação das emendas aos PLNs. Em função de não haver dado tempo para que nenhum dos Relatores dos PLNs pudesse preparar seus relatórios...

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, eu o preparei. Estou pronto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Mas a orientação é a de suspender a reunião, Senador Suplicy, e recomeçar...

(Intervenção fora do microfone ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Mas não foi ainda entregue à Secretaria da Comissão.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Mas eu o entrego de pronto, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Mas a orientação da Mesa da Comissão Mista de Orçamento é exatamente a de fazermos, agora, a entrega do Relatório da LDO ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros. Está marcado agora, às 15 horas, para irmos à Presidência do Senado, entregarmos ao Senador Renan Calheiros o Relatório da LDO e pedirmos a ele uma data de



convocação extraordinária do Congresso Nacional para aprovação do Relatório da LDO. Na próxima terça-feira, nós voltaremos com esta reunião, dando continuidade à 3ª Reunião Extraordinária para fazermos a apreciação...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente Danilo, pela ordem, para fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Pois não, Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu quero pedir a V.Exa., e vamos fazê-lo também ao Presidente Lobão Filho, que fique registrada na ata desta reunião a nossa preocupação — a preocupação da bancada do PSDB — com relação ao fluxo de datas da análise...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Da LOA.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO -...da LOA. Nós estamos preocupados com o Relatório de Receitas. A partir dele é que se desenrolam todos os procedimentos do Relatório preliminar, dos prazos de emendas. E são bastante desagradáveis, para não dizer extremamente improdutivos, esses prazos extremamente exíguos, depois, para apresentação de emendas de Comissão, de bancadas e, obviamente, das emendas individuais.

Então, este é um apelo que eu quero deixar registrado, para que a gente tenha o empenho do Relator da Sub-Relatoria de Receitas, a fim de alcançarmos os prazos que já estão comprometidos.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Compreendemos a preocupação de V.Exa., Líder do PSDB nesta Casa, Deputado Domingos Sávio, e concordamos com ela. Anteriormente, nós já tínhamos conversado com o Deputado Miguel Corrêa, Relator da LOA, Lei Orçamentária Anual. Podíamos já aproveitar e fazer a reunião de todos os Líderes desta Comissão com o Presidente, Senador Lobão Filho, para definirmos o cronograma de apreciação do PLOA. E na terça-feira, às 18 horas, quando todos os Relatores já poderão ofertar os seus Relatórios dos PLNs, já com a entrega à Secretaria desta Casa, faríamos o reinício desta reunião.

Então, ficou para quarta-feira.



Suspendo a presente Reunião Extraordinária e convoco a sua continuação para o dia 6 de novembro, quarta-feira, às 14 horas e 30 minutos, neste plenário.

A reunião está suspensa. Agradeço a todos a presença.

Muito obrigado.

(A reunião foi suspensa.)



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

O SR. PRESIDENTE (Deputado Claudio Cajado) - Declaro reiniciada a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação de matéria constante na Pauta nº 26, de 2013.

Suspendo a presente reunião extraordinária por 10 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 26, de 2013.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica, localizados nas bancadas. Há quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e na do Senado Federal.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente. *(Pausa.)*

Não havendo discussão e conforme estabelecido na alínea "f" do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, coloco em votação as atas das seguintes reuniões: 2ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada no dia 18 de setembro de 2013, e 4ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 25 de setembro de 2013.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Estão aprovadas.



Na representação do Senado Federal, os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovadas.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada, através de correio eletrônico, aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias nesta data.

Correspondência interna recebida.

Ordem do Dia.

Pauta nº 26, de 2013.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 10, de 2013, que “*abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de 62 milhões de reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*”. O Relator é o Deputado Nilton Capixaba. Não foram apresentadas emendas. O voto é pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo.

O Relator está com a palavra para apresentação do seu relatório.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Sr. Presidente, acho que é preciso ler só o voto do Relator:

“Voto

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Quanto ao mérito, entendemos que as alterações propostas no projeto contribuem para o alcance dos objetivos traçados no Plano Plurianual 2012-2015 e refletem a necessidade de ajuste manifestada pelo órgão orçamentário.



Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN nº 10, de 2013-CN, nos termos propostos pelo Poder Executivo.”

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Nilton Capixaba.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Está aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Está aprovado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu queria informar aos membros da Comissão que, mesmo tendo sido suspensas as sessões das quais não constaram novos nomes para podermos dar presença, eu estive ausente nas duas últimas semanas por ter estado em missão oficial na China, junto ao Grupo Parlamentar Brasil-China, mantendo várias reuniões com o governo chinês e com empresas chinesas com filiais aqui no Brasil.

Estive também no Irã, na cidade de Teerã, e no Azerbaijão, na sua Capital Baku, e Cabala. Portanto, foram viagens longas, em missão oficial, e eu me sinto em condições de poder informar ao Plenário da Comissão de Orçamento o ocorrido.

Por outro lado, queria dar conhecimento também que, diante da minha ausência e na votação da LDO, este Parlamentar irá apresentar ao Plenário do Congresso Nacional dois destaques às emendas apresentadas ao relatório do Deputado Danilo Fortes, mas que não foram acatadas, apesar de, na reunião que



nós tivemos na Liderança do PMDB, os dois destaques que diziam respeito ao pedido do Tribunal de Contas da União foram aceitos pelo Relator.

Quero deixar isso claro, porque eu me ausentei na possibilidade de haver a votação, sem que houvesse surpresas. E, para mim, houve surpresas.

Então, as conversas que mantive com o Deputado Danilo, das nove apresentações de emendas que fizemos em nome do partido, cinco delas foram aceitas, e duas negociadas na Liderança do PMDB diziam justamente respeito ao TCU. Essas emendas não foram acatadas. O Deputado Efraim, no momento da discussão, preferiu remetê-las ao Plenário, e, infelizmente, nós não tivemos êxito na apresentação dessas emendas.

O que nós estávamos defendendo é o que está hoje estampado em todos os jornais nacionais: o mercado está apreensivo com as contas do Governo Federal. A maquiagem contábil que o Governo faz, ao final de cada exercício, vulnerabiliza a sua imagem. Ocorreu no ano passado e vai ocorrer este ano. O mês de setembro foi claro no descontrole das contas públicas. E o que nós queremos é tornar essas apresentações de números, essas informações oficiais, objetivamente informações sérias, para que não haja, a cada final de ano, surpresas como as que nós estamos tendo de descontrole das despesas do Governo.

Está o Governo planejando mal ou, intencionalmente, fazendo maquiagem para, no final do ano, tentar, com subterfúgios, atingir as metas às quais se propõe, mas que deixaram de ser metas e apenas intenções, com a esdrúxula votação que a Comissão aqui fez em alterar a LDO e fazer com que as metas não sejam obrigatórias e passem a ser apenas intencionais. Isto é um absurdo e vai trazer consequências para o País.

Nós não estamos aqui num jogo de oposição e situação. Nós estamos colocando que determinados dogmas econômicos não podem ser ultrapassados por nenhum governo! Eu acho um absurdo o Governo estar hoje apresentando ao mercado números que não eram previstos. Isso significa que o Governo não está mais com controle sobre os gastos, não está mais com controle sobre as contas públicas; está planejando mal e está extremamente vulnerável à especulação de mercado. E isso vai ocorrer! Se no ano que vem... Olhem o que eu estou dizendo agora: eu não sou vidente nem me considero nenhum *expert* em Economia. Pelo



contrário, minha profissão é na área do Direito, mas o bom senso tem que prevalecer com a lógica, e o bom senso e a lógica indicam que nós só não estamos piores... E olhem que, dos BRICS, somos os piores; da América do Sul, somos os piores, tanto em crescimento quanto no descontrole das contas, déficit fiscal, déficit nominal, déficit das contas públicas. Nunca se atingiu um nível de déficit de conta pública como o deste ano. *"Ah, mas é a crise!"* Sim, e por que os demais países da América do Sul não estão tão vulneráveis? Por que os demais países dos BRICS não estão tão vulneráveis? E o crescimento, duas, três vezes maior, sem contar a China? Cinco vezes maior que o do Brasil? Seis vezes maior que o do Brasil? Então, vamos comparar os iguais. Não vamos comparar os desiguais.

Hoje, o que estamos percebendo é que o Governo insiste em fazer a maquiagem contábil. E era isso que eu propus ao Relator que não permitisse. O Relator atendeu parcialmente às nossas emendas, mas não atendeu às demais. Eu não sei por quê? Essas emendas que não tinham a ver com o jogo de oposição e de governo.

Em relação ao superávit, o Relator não aceitou. Nós ficamos de aceitar o destaque. Mas, em relação às outras duas do TCU, não havia razão para não aceitá-las.

Então, deixo aqui o meu protesto. Não pude, em função das missões oficiais que estava exercendo, estar presente na votação da LDO. Eu o farei no Plenário do Congresso Nacional. Já antecipo, nobre Deputado Danilo Forte, que o partido apresentará os destaques em plenário, porque essas emendas vão proteger o Governo. Pelo contrário! Na nossa atuação, quando nós estamos em missão oficial, por exemplo, não existe oposição. Nós estamos lá representando o Parlamento brasileiro, representando o País, representando o Governo, seja ele do PT, do PSDB, do Democratas, qualquer que seja. É a mesma coisa!

Em relação ao controle de contas públicas, não existe oposição nem governo. Há que se zelar pelo estrito cumprimento da regra jurídica e de um cenário favorável ao nosso País. Está claro que o Governo não vai cobrir o futuro déficit dos Governos Estaduais e Municipais. Ele não tem nem condições para tal. Dos 15 bilhões de Libra que vão entrar, 9 bilhões já estão comidos. E mais: se continuarem como estão os gastos elevados com a Previdência e com o seguro-desemprego, que



ultrapassou em muito a previsão governamental, o Governo não vai conseguir fechar a conta. Vai fazer o quê? Antecipar de novo o dividendo das estatais para poder cobrir a receita, que infelizmente foi mal projetada?

Sr. Presidente, não podemos deixar passar essas questões aqui na Comissão de Orçamento sem discussão, sem frearmos esse tipo de postura. É ruim para a imagem de V.Exa., é ruim para a imagem do Comissão de Orçamento e para o Congresso Nacional, porque nós estamos sendo, no mínimo, omissos ou coniventes. E eu não quero passar a postura de ser omissos, nem de conivente.

Portanto, eu lavro o meu protesto. Apresentarei as emendas no tempo hábil, para que nós possamos pautar claramente essa diferença, porque amanhã poderemos ser governo. E eu quero me cobrem a coerência que estou tendo agora, assim como eu vou cobrar dos colegas coerência se as contas continuarem se perdendo e se vier no ano que vem uma consequência danosa para o País.

Se os Estados Unidos, com o prazo que foi dado pelo Congresso americano, até o mês de janeiro, não equacionarem o seu débito, e o Congresso não prorrogar a autorização contábil para que o governo continue elevando seu teto para a dívida, o primeiro país a pagar essa conta do problema americano vai ser o Brasil; vão ser os brasileiros, vão ser os empresários, os comerciantes e principalmente a classe trabalhadora. E eu quero ver — e infelizmente não foi pedida a verificação nominal — quem é que votou favoravelmente a esse tipo de postura, porque amanhã a sociedade irá cobrar os que estão dando atestado de conivência ou de omissão para que isso aconteça em nosso País.

Portanto, eu chamo atenção, Sr. Presidente, para essa questão gravíssima. Enquanto nós não conseguirmos concluir esta votação no plenário, esta discussão estará aberta.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Cajado. Só para fazer um registro para V.Exa., que referenciou determinada fala do Deputado Danilo Forte aqui, quando da votação da LDO. Eu, como Presidente, posso lhe asseverar que não aconteceu aquilo que V.Exa. afirmou, a acusação que V.Exa. fez.



De minha parte, como Presidente da Comissão, eu também me vejo na obrigação e na responsabilidade de registrar que a postura do Deputado Danilo Forte veio ao encontro do momento que a gente vive nesta Comissão. Perceba que, de oito, nove ou dez destaques que V.Exa. lhe pediu, ele deu cumprimento a mais da metade das suas emendas — fato inédito aqui nesta Comissão.

Em geral, o Relator e os Relatores têm extrema má vontade com as emendas do bloco de oposição. Mas eu quero registrar a posição republicana do Deputado Danilo Forte. Não sei o que ele vai falar agora, porque pediu a palavra. A gravação do áudio daquela reunião está à disposição de V.Exas. para perceberem a postura do Sr. Deputado Danilo Forte quando da votação.

Tem a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores. Primeiro, tenho uma formação democrática que vem comigo deste a minha adolescência, aceito o contraditório e enfrento o debate. E em todas as missões que eu tive nesta Casa, na Câmara dos Deputados, relatando medidas provisórias, como a que criou a EBSERH, como a do Programa Brasil Maior, relatando projetos de lei, seja na Comissão de Seguridade Social e Saúde, seja na CCJ, seja no Plenário da Casa, sempre procurei no debate a construção mais democrática e o maior nível possível de consenso, exatamente para com isso ter um relatório com maior subsídio, uma maior participação, um maior entendimento e uma facilidade maior não só na sua elaboração e na sua compreensão, mas também na sua execução. Na democracia, temos a postura de compartilhar, as decisões são mais firmes e mais fortes e há o comprometimento de todos que participam. E não foi diferente no relatório da LDO.

No relatório da LDO, desde maio, sempre estive muito aberto a todas as discussões. Desde o primeiro relatório preliminar, que concluí por volta do dia 15 de julho, nós sempre tivemos debates e sempre fomos aprimorando esses debates. Lembro-me muito bem de que, na primeira apresentação que eu fiz do relatório aqui, no Plenário da Comissão Mista de Orçamento, o Deputado Efraim, inclusive, que respondia pela Liderança do DEM nesta Casa, pediu que eu suprimisse um artigo referente ao Sistema S. Assim o fiz, compreendendo que realmente aquela peça não devia tratar daquele tema naquele momento. E não foi diferente em relação ao



Deputado Cajado, a quem tenho o maior respeito, inclusive laços de amizade, porque conheço o Deputado Cajado antes mesmo de ser Deputado aqui nesta Casa.

Não houve nenhuma reunião formal em relação a debate de relatório de LDO na Liderança do PMDB. Nós tivemos algumas conversas lá com os Deputados do PMDB e de outros partidos, sempre buscando exatamente um melhor entendimento com relação à formatação desta Casa, uma casa legislativa, uma casa de debates. E a reunião que nós fizemos de preparação do relatório final foi exatamente aqui na sala de reuniões da Comissão Mista de Orçamento, dirigida pelo nosso Presidente, Senador Lobão Filho, que presidiu a reunião, em que ouvimos todos os partidos, as principais preocupações com relação à possibilidade de destaque ou não. Foi ali que tivemos o entendimento do que era o mais positivo, o que poderia ser atendido ou não naquele momento. Ali mesmo eu disse que havia alguns destaques que eu, como Relator, não poderia encaminhar. Tanto é que o Deputado Fábio Ramalho compreendeu isso. Ele tinha um destaque a apresentar sobre o Poder Judiciário, o fez em plenário, e o destaque foi aprovado aqui no Plenário da CMO relativamente à aprovação do relatório da LDO para 2014 nesta Casa.

Dos destaques apresentados pelo DEM — e está aqui o Deputado Domingos Sávio, do PSDB, que debateu muito comigo vários destaques, alguns foram aprovados e outros não —, tivemos sempre a preocupação de atender o máximo possível. Dos nove destaques apresentados seis foram atendidos. Apenas três não foram atendidos, porque na minha compreensão como Relator eram desnecessários ou, em algum momento, até redundantes, como é o caso desse do Tribunal de Contas. Fizemos grandes inovações relativamente à postura da relação entre Congresso Nacional, por meio da Comissão Mista de Orçamento, e o Tribunal de Contas. Alguns deles inclusive sugeridos pelo próprio Deputado Cajado no que diz respeito aos prazos, no que diz respeito às cautelares do Tribunal, no que diz respeito à forma como o Tribunal de Contas age em função de alguns procedimentos de interrupção de projetos de investimento de obras em execução.

Tudo isso foi levado em consideração e algumas questões até foram admitidas no relatório. Contudo, o relatório tem um Relator que tem o poder de colocar no seu trabalho aquilo que acha necessário ser colocado, atendendo ou não



às reivindicações dos seus pares. E o Plenário está reunido aqui exatamente para votar ou não essas reivindicações.

Lamento a ausência do Deputado Cajado durante a votação, porque estava numa missão oficial, mas o Presidente deu a palavra a todos e ofereceu a oportunidade para que todos os partidos e todos os representantes dos partidos que aqui estivessem pudessem fazer seus destaques e que todos eles fossem levados à votação.

Então, a democracia foi exercida na sua plenitude, houve respeito com os demais colegas e companheiros, e o Deputado Danilo Forte em momento algum faltou com o respeito ou com o compromisso com qualquer um de seus companheiros, porque sempre disse a todos eles aquilo que tinha condições de assumir e aquilo que não tinha condições de assumir, e que, se fosse a plenário e o Plenário votasse, assim seria definido no relatório, que eu acataria a voz da maioria, porque essa é a minha formação democrática.

E o Deputado Cajado tem todo o direito de levar ao Plenário da Casa, para debater, qualquer tema que assim desejar, com base exatamente no Regimento Interno da Casa, que permite, a partir do momento em que foi feita uma emenda e que essa emenda não foi acatada, que ela possa ser destacada na votação final do relatório da LDO ou de qualquer projeto de lei que vá ao Plenário do Congresso Nacional.

Então, eu só lamento a forma como foi colocada a questão pelo Deputado Cajado, porque em momento algum passou pela minha cabeça, ou do meu sentimento ou da minha formação, tentar ludibriar, enganar ou passar a perna em qualquer um, em qualquer que seja dos companheiros desta Casa. Muito pelo contrário, o que a gente tem feito é exatamente valorizar e respeitar todos os companheiros, independente do partido, da função ideológica, da cor, da raça, do grupo social que representa nesta Casa; pelo contrário, a gente sempre respeitou muito os companheiros, admitiu o debate. Fizemos o debate com muita intensidade sobre todos os temas, e não há nenhuma omissão no relatório com relação à necessidade das transparências, seja na prestação de contas das contas públicas, seja no relacionamento com o Tribunal de Contas da União.



Muito pelo contrário, nós atendemos exatamente ao conteúdo que aqui foi apresentado sobre a necessidade de diminuir os entraves burocráticos, para dar eficiência à lei orçamentária e conseguimos fazer um relatório que tem muitos avanços. Inclusive foi aqui colocado pela grande maioria dos colegas na votação que, sem sombra de dúvida, foi o relatório de Lei de Diretrizes Orçamentárias que mais avançou no que diz respeito exatamente a dar eficiência e efetividade ao Orçamento da União.

Por outro lado, também estive com o Senador Lobão Filho junto ao Presidente Renan Calheiros, que marcou para o dia 19 a votação do relatório da LDO, no Plenário do Congresso Nacional. É importante que votemos logo esse relatório da LDO, porque já estamos começando a ter necessidade de acelerar a discussão da LOA, já estamos a menos de 2 meses do final do ano e precisamos ter uma LOA em comum acordo com o relatório da LDO, que garante avanços significativos na execução orçamentária do País, garantindo a necessidade exatamente do cumprimento dos investimentos, sem desconsiderar exatamente a transparência e a observância das contas públicas que precisam ser feitas por esta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo Forte.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, minhas saudações.

Sr. Presidente, eu quero me dirigir a V.Exa. e ao nobre Relator da LDO, Deputado Danilo Forte, primeiro para concordar com a constatação feita por V. Exa. e pelo Relator de que nós vivemos num ambiente de diálogo e de construção do entendimento, e isso não me coloca de maneira alguma numa situação de conflito com o Deputado Cajado, de quem eu compreendo a angústia, a preocupação com relação à matéria extremamente relevante que ele abordou. Não posso, no entanto, deixar de concordar que houve um esforço para se construir entendimentos.

Mas numa democracia nós não podemos presumir que só se alcança resultado mais adequado quando se chega a um consenso absoluto; nem seria democracia. Se nós caminarmos para a expectativa de unanimidade, corremos o



risco de estar nos distanciando do princípio democrático de que a divergência, a pluralidade de ideias e a dialética natural que se instala em torno de grandes temas é que constroem os avanços. É nesse aspecto que eu entendo que transcorreram os debates a respeito da LDO, na busca da construção do entendimento.

O que eu realmente lamento — e sinto que também é o sentimento que norteou a fala do Deputado Cajado — é que, quando buscamos construir aqui nesta Comissão entendimentos mais amplos, que caminhem em direção a um consenso, embora não sejam unanimidade, nós já conhecemos muito bem qual é a natureza, qual é o rito do Regimento do Congresso e quais são as expectativas do encaminhamento em plenário do Congresso Nacional.

Se já é difícil votar sem o mínimo de entendimento, numa Comissão Mista como esta, uma matéria tão ampla, com possibilidade de tantos destaques, no Plenário do Congresso, obviamente o nosso nobre Relator, o nosso Presidente e todos nós sabemos muito bem que, se não fica impossível votar sem o entendimento, chega próximo disso. Como nós já estamos no avançado do ano legislativo, mais importante ainda é esse entendimento.

Então, a nossa expectativa é de que, se nós construíssemos um entendimento mais amplo aqui, nós teríamos uma chance maior de ver o relatório do Deputado Danilo Forte ser aprovado e, conseqüentemente, ver a Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada, que é o nosso desejo. Por isso, nós nos empenhamos.

Da minha parte, há um destaque que será inevitável. Se não construirmos um entendimento sobre esse destaque, ao contrário do que ocorreu aqui — o que ocorreu, embora não tenha havido entendimento sobre destaque, embora eu não estivesse em missão especial fora do País, eu, inclusive ouvindo os meus pares do PSDB, fiz a opção de não obstruir, e V.Exa. é testemunha disso —, o meu partido compreendeu que o momento exigia de todos nós esse desprendimento com os olhos no interesse do País; e votamos num ambiente de acordo, numa quinta-feira, com a ausência absoluta de quórum, mas com o sentimento de que avançamos no limite do era possível aqui na Comissão Mista, ficando para nós a tarefa de construirmos um entendimento no plenário.

Queria eu, Deputado Danilo Forte, que esse entendimento pudesse ter se esgotado aqui. É que, às vezes, o Plenário pode representar até mais dificuldade, e,



aqui, nós deixamos de obstruir — mas eu já deixo claro, Presidente, que não é uma posição minha, é posição do partido.

Naquele artigo, naquele destaque, Deputado Danilo Forte, relativo à nossa emenda, propondo a manutenção da redação do ano anterior na LDO sobre o duodécimo, para ser bem objetivo, bem claro, e por que não dizer bem didático, aqui, entre os pares e quem nos acompanha, o que nós queremos? É que aquilo que já vem sendo assegurado ao longo da história democrática do nosso País, que é a garantia para o Poder Executivo, e isso acaba sendo replicado nos Estados e nos Municípios, não tendo sido aprovada a peça orçamentária, o Governo não fique engessado. Disso nós concordamos inteiramente; isso é uma atitude de respeito ao País; ou seja, não aprovando o orçamento de 2014, já consta na LDO, os duodécimos serão liberados para garantia do custeio. Além do custeio, inclusive, há outras situações de excepcionalidade, de calamidade pública, de graves situações que possam impactar ou colocar em risco a segurança nacional e a vida das pessoas, inclusive, as matérias ligadas à saúde.

Mas o nobre Deputado Danilo Forte tenta novamente o que foi tentado no ano passado, e com sabedoria esta Casa não permitiu: que nós permitamos que o Executivo, além do custeio, possa dar sequência a toda e qualquer obra. Ele cita “iniciada”. Ora! Mas ainda que com 0,1%? A palavra “iniciada” pode ser inclusive o projeto, a licitação, qualquer coisa que o valha, o que não caracteriza urgência.

A bem da verdade, há tanta obra iniciada no Brasil, e se for valer essa tese o Governo não precisa mais aprovar o orçamento. Ele diz: *“Olhe, eu já tenho a garantia, na LDO, que eu uso sob a forma de duodécimo, os recursos necessários a todo tipo de despesa de custeio; e tenho garantido na LDO, que eu uso, recursos para investimentos em toda obra que tenha se iniciado, eu não preciso aprovar o orçamento”*.

Isso diminui o Congresso brasileiro — a Câmara e o Senado —, isso dá um ambiente monocrático de o Executivo decidir sozinho, inclusive, qual obra que ele acelera mais e qual ele para. Fica algo absolutamente inadmissível para o Estado Democrático. Não é ruim para quem está no Governo hoje, não; é ruim para o Brasil. Nós não queremos isso para agora, e não queremos isso para 2015, quando esperamos ter mudanças profundas de Governo no nosso País.



Estou dando aqui o meu testemunho por antecedência. Eu não quero isso só enquanto sou oposição, não; eu não quero isso quando eu vier a ser base de Governo. O Governo ter por antemão a garantia de que não precisa aprovar orçamento no Congresso, isso é péssimo!

Eu estou me alongando um pouco para pedir aos pares dos demais partidos, especialmente aos da base e àqueles que nos acompanham, que tenham claro que a atitude que tivemos aqui de não obstruir não será a mesma no Plenário do Congresso Nacional dia 19; ou a base do Governo se assenta conosco e construímos o entendimento, ou nós vamos nos valer de todos os recursos regimentais para não permitir que isso ocorra em prejuízo do Brasil.

E vou mais além, Deputado Danilo Forte: acho que é melhor não termos a LDO do que termos uma LDO que dá esse condão de autoritarismo, de autonomia absoluta, de tornar o Congresso Nacional prescindível ao Executivo.

Portanto, é essa a preocupação que eu registro — e eu encerro aqui em homenagem ao Deputado Danilo Forte —, sem prejuízo do esforço feito pelo Relator, do esforço feito pelo Presidente, para buscarmos o entendimento. E da mesma forma louvo a atitude do Deputado Claudio Cajado, que luta por algo que acredita e que é em benefício da coletividade. Portanto, esse sentimento deve nortear as nossas ações, e não adianta nós chorarmos o leite derramado.

A LDO está aprovada na Comissão, mas ela só será aprovada no Plenário, penso eu, se evoluirmos novamente para o diálogo, para o entendimento, em benefício do País. Nós não estamos falando aqui de “emendinha” que trata de um setor, de área corporativa; nós estamos falando de grandes temas nacionais do interesse do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, eu fui citado...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Claudio Cajado, que me entristece profundamente, pois está à beira de proibir que o cearense vá ao carnaval de Salvador, no próximo ano. *(Risos.)* Mas, ainda assim, a palavra está com o Deputado Claudio Cajado.



O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pelo contrário, Presidente. O cearense pode ir porque vai aumentar a receita do Município, com, não tenho dúvida nenhuma, sua participação no carnaval da Bahia, nos camarotes e tudo o mais.

Mas, Presidente, eu faço questão aqui de ler as emendas que apresentei, porque parece que as emendas que foram ofertadas pelos Democratas, em meu nome, e que foram aceitas, foi um favor. A leitura que se está dando é: *“Não! Vamos atender à Oposição”*. Não, eu já disse: quanto a essa questão do Governo em relação a determinados conceitos de economia, nós não temos oposição, não; é uma questão de responsabilidade.

Primeira emenda: relaciona-se ao aumento do valor dos procedimentos simplificados da Caixa Econômica Federal de 750 mil reais para 900 mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - V.Exa. vai ler as que foram aprovadas ou as que foram...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Todas! E vou dizer as que foram e as que não foram. Passar de 750 mil para 900 mil vai beneficiar os Municípios brasileiros. Hoje, o Sistema Simplificado é de 750 mil de cada contrato e vai passar para 900 mil. Essa não é emenda positiva para o sistema federativo brasileiro? Eu penso que sim. O Deputado Danilo Forte a aceitou.

Superávit primário. Aquela emenda que prevê como meta o superávit primário, para que nós tenhamos claramente o que o Governo define e o que cumpre. O Deputado Danilo Forte não a aceitou. Ou seja, hoje o Governo está sem a obrigação de atingir o superávit primário. Eu acho isso um absurdo. É para essa que eu fiz o compromisso, Deputado Danilo Forte, de apresentar o destaque. Porque V.Exa. disse que essa não aceitaria.

Muito bem! Terceira emenda: limita o custeio e a variação do PIB. Ou seja, nós queremos que o Governo, se tiver de aumentar o seu custeio, aumente-o de acordo com o aumento do PIB. Tem coisa mais lógica e racional? No momento em que nós vivemos uma crise mundial, no momento em que o Governo propala a sua responsabilidade fiscal? O Deputado Danilo Forte não a aceitou. E eu disse que apresentaria o destaque.

Foram esses dois, Deputado Danilo Forte — refrescando a memória de V.Exa. —, que ficaram para que apresentássemos os destaques.



As demais: a maquiagem contábil, qual é? O Governo recebe antecipação de lucros e dividendos das empresas antes de finalizar o exercício, para quê? Para poder ter receita e conseguir fechar suas contas. Isso é uma maquiagem contábil, Presidente.

E, maquiagem... V.Exa. sabe, as mulheres são bonitas por natureza, mas quando elas se maquam, e a maquiagem é benfeita, elas ficam, como Deus disse, insuperáveis em sua beleza em relação ao Universo. E o Governo quer utilizar esse tipo de transformação nas contas públicas.

Presidente, deixe a maquiagem para as mulheres. Não vamos fazer com que essa beleza saia da beleza que o Universo tem para as mulheres apenas e passe para as contas públicas. Nós queremos as contas públicas de forma clara, evidente, sem maquiagem. O Deputado Danilo Forte não aceitou.

Procedimento simplificado. Se, no caso da Caixa Econômica Federal, não corresponder à análise dos contratos assinados pelos Municípios, os Municípios perdem, porque existe prazo — o prazo fatal é 30 de junho — normalmente de um ano para outro. Se a Caixa Econômica Federal retém, por questões de excesso de trabalho, por exemplo, e não apresenta as diligências para serem atendidas pelos Municípios e pelos Estados, o ônus da falta da atenção do trabalho cai nos convenientes. Está errado! Então, o Deputado Danilo Forte acatou essa emenda, que é uma emenda positiva.

Outra emenda é a do TCU. O que o TCU propôs? Que todas as desonerações tivessem prazo de 5 anos; perpassa até o prazo de mandato presidencial. Mas seria justo que o Presidente que assumisse tivesse, por 5 anos, 1 ano sem ser reeleição ou com reeleição, aquela avaliação de que foi feita uma desoneração para o bem do progresso do País. Vamos entender dessa forma.

Qual o problema de aceitar essa limitação? Não foi aceita pelo Deputado Danilo Forte, e foi uma emenda sugerida pelo Tribunal de Contas da União.

Há outra. Quando ele faz essas desonerações, o Governo apresenta receita em relação a essa eventual desoneração; ou seja, quando faz a apresentação das receitas estipula, vamos supor, 1 bilhão nesse tributo; depois, ele desonera, e 1 bilhão não fica excluído das contas.



Uma vez que ele apresentou como receita aquele 1 bilhão e depois desonerou, abriu mão daquela arrecadação, como é que aquele 1 bilhão, Deputado Danilo Forte, pode constar como receita da União se ele abriu mão? Isso é fraude fiscal, fraude contábil. É mais grave até.

O que nós queríamos? Fez a desoneração, tira da receita a previsão. É óbvio!. Tem que tirar da receita aquela previsão que foi feita, porque com desoneração, a receita não vai entrar para os cofres públicos. O Deputado Danilo Forte não aceitou essa emenda.

Essa emenda da desoneração, com os 5 anos, V.Exa. disse-me que aceitaria, na Liderança do PMDB, no dia 16. Deputado Danilo Forte, eu estive lá, no dia 16, pela manhã, V.Exa. recebeu-me e eu expliquei exatamente isso. V.Exa. disse: *“Bom, essas duas, então, aqui, estão resolvidas”*. Foi o que V.Exa. disse-me. Soube, depois, que o Governo não tinha aceitado, que V.Exa. colocaria o relatório para votar e, infelizmente, foi votado.

Eu saí tranquilo em relação a isso, por quê? Porque as duas emendas que V.Exa. não aceitou, que seria a do superávit e a do aumento do custeio em relação ao PIB, eu faria o destaque; manteríamos a nossa posição, mas não pediríamos verificação para não comprometer a votação da LDO. Essas duas apenas, porque as outras duas V.Exa. tinha me dito que atenderia.

Vejam, essas emendas que eu apresento são absolutamente afastadas de qualquer cunho político. Não existe aqui partidarismo em relação a essas emendas, pelo contrário.

Outra, que V.Exa. aceitou: a transparência em relação a empréstimos dos países, ou seja, *“O Congresso Nacional deve ser informado mensalmente sobre acordos, memorandos ou outra forma de ajuste feitos com governos estrangeiros que visem o financiamento, o refinanciamento, o pagamento de equalização de taxas e juros (...) — etc.”*. Ou seja, uma coisa de transparência.

V.Exa. aceitou essa emenda, assim como também aceitou a última emenda, que foi a de que o Congresso Nacional deve ser informado sobre os empréstimos feitos pelo Tesouro Nacional a bancos oficiais federais. Ou seja, tanto internacional quanto nacionalmente, toda negociação que envolva empréstimo, no Governo brasileiro, tem que ser informada ao Congresso Nacional.



Então, dessas nove emendas, V.Exa. acatou seis, e ficaram quatro, sendo que duas — eu estive na Liderança do PMDB com V.Exa. — V.Exa. ficou de acatar, justamente as duas do Tribunal de Contas da União, que não têm nada demais; pelo contrário, traduz uma transparência que eu considero fundamental, ainda mais num momento de crise em que vivemos.

Então, Presidente, eu fiz questão de ler, mais uma vez, quais foram as emendas apresentadas, e deixar claro a minha insatisfação. Eu pensei que tivéssemos acordado, tanto que não fizemos nenhum mecanismo de obstrução; pelo contrário, os destaques que ficamos de apresentar seriam no Plenário do Congresso Nacional, quando da votação da LDO. Infelizmente, vou apresentar os quatro destaques, talvez com complicações, porque pode haver uma consequência muito maior do que na Comissão. O meu intuito não é obstruir os trabalhos, não é dificultar, pelo contrário!

Nunca disse que V.Exa. é desrespeitoso; não foi comigo, nem com nenhum colega, pelo contrário! V.Exa. é até muito cortês, muito gentil no trato com os colegas. Agora, dizer que não houve a reunião na Liderança do PMDB? Houve! Houve a reunião na Liderança do PMDB na quarta-feira pela manhã. Quando eu entrei na sala, V.Exa. estava conversando com um Deputado, que não me lembro quem era, e apresentei as emendas — inclusive, V.Exa. ficou com a cópia dessas emendas. Então, como é que não houve, se V.Exa. está aquiescendo com a cabeça?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não houve formalidade.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu quero revelar minha insatisfação. Fico agora apreensivo, porque essas duas emendas eram importantes. O partido fez acordo em meu nome, e eu considero que esse acordo não foi cumprido na sua inteireza.

Daí por que espero que nós não tenhamos esses dissabores no futuro, Presidente. V.Exa. tem conduzido os trabalhos aqui com as reuniões do Colégio de Líderes, tem visto a minha posição, tem visto a minha postura, sempre tentando apresentar os meus pontos de vista para que possamos superar os obstáculos e não obstruirmos os trabalhos. Hoje é um exemplo. V.Exa. disse que vai pedir a inclusão extrapauta — não vai mais? — de itens que nós não somos contra. Quero apenas



analisá-los. O nosso partido já fez a avaliação de todos os PLNs que estão aí, alguns são importantes. Eu inclusive estou relatando um, V.Exa. designou-me Relator.

Portanto, a nossa intenção é fazer as coisas ajustadas, corretas, para que possamos deixar o País tranquilo, seja quem for o governo. Agora, eu não posso corroborar posturas que não considero adequadas. Pelo contrário, considero-as absurdas. Se aprovarmos isso, vamos macular a imagem do Brasil, principalmente no momento em que não detemos o controle do que as pessoas pensam e querem. O mercado pensa de uma forma, e o Governo está agindo com vulnerabilidade. E isso só vai prejudicar a imagem do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Passo a palavra já a V.Exa., mas antes eu gostaria de deixar aqui uma mensagem específica ao Deputado Cajado. Se ele puder me dar atenção por alguns minutos...

Deputado Cajado, V.Exa. não pôde estar presente aqui à última reunião, quando nós aprovamos a LDO, mas eu pude presenciar aqui algo que reflete muito bem todas as palavras que V.Exa. acabou de proferir pelo microfone desta Comissão.

Pasme, mas o Governo, na última reunião, tentou obstruir o relatório da LDO do Deputado Danilo Forte. O que V.Exa. considera extremamente normal, natural — natural — que seja acatado pelo Deputado Danilo Forte, porque são coisas, vamos dizer, óbvias, o Governo não entende assim. Esse é o entendimento de V.Exa., mas o Governo não entende assim. Tanto o é que teceu sérias críticas ao relatório dele e tentou obstruir a votação no último dia.

Então, perceba que nunca haverá unanimidade. Isto é impossível: o Relator atender a V.Exa. em todos os seus desejos; o Relator atender ao Governo em todos os seus desejos, atender a todos os Parlamentares aqui presentes, porque aqui todos têm pontos de vista diferentes, têm interesses diferentes, têm visões diferentes de cada tema a ser abordado dentro da LDO. Então, é impossível a unanimidade, e o Relator ter a grande capacidade de atender unanimemente a todos: o Governo, a Oposição e os Parlamentares, individualmente. É impossível.



Eu considero realmente uma grande vitória nós termos aprovado aquela LDO, apesar de o Governo insatisfeito, apesar de o Deputado Cajado insatisfeito, apesar de alguns Parlamentares insatisfeitos. Ainda assim, tenho certeza de que, depois de exaustivos meses de discussão aqui nesta Comissão, foi o melhor relatório que poderia ser apresentado.

Então, eu não fui o Relator, mas acompanhei todas as negociações, todas as discussões; eu estava presente em todos os momentos em que os temas foram unitariamente discutidos.

Eu não conhecia o Deputado Danilo Forte antes de ele ser o Relator da LDO. Foi a primeira vez que tive contato com ele, mas ficou em mim — e não há como ser retirada neste momento — a admiração do trabalho que foi feito, conseguindo concatenar todos os interesses divergentes. É óbvio que alguns são impossíveis. Ainda assim, terminou um trabalho primoroso, que, tenho certeza, irá contribuir com o País.

É óbvio que jamais será perfeito. O arcabouço perfeito jurídico de controle e metas é algo que devemos sempre buscar, mas isso é fruto de conversas, negociações, de o Governo ceder, de V.Exas. cederem. E o exemplo máximo disso — máximo —, que eu quero dar agora: V.Exa. aceitou que eu suspendesse a sessão e incluísse extrapauta alguns assuntos para amanhã. V.Exa. é do Democratas. O Deputado Sávio, do PSDB, me pediu, em nome das oposições, da qual V.Exa. também faz parte, que eu não suspendesse a reunião, que eu a encerrasse, para que a gente possa amanhã incluir, não extrapauta, formalmente na pauta os itens. Eu vou aquiescer, atender aos Parlamentares da Oposição.

Então, isso mostra claramente o clima que existe dentro desta Comissão, que é um clima de discussão, de cessão de espaço. Não agi ditatorialmente em nenhum momento desta Comissão. Podia tê-lo feito, não o fiz em nenhum momento. Tinha instrumentos para isso, não os usei, porque eu entendo que este aqui é o fórum que representa da melhor forma possível o Congresso Nacional; é um fórum de debate, de discussão, para se resolverem as coisas dentro da nossa sala de reunião, discutindo às vezes de forma agressiva, mas, depois de resolvido lá, temos que dar a nossa resposta ao País, à sociedade — e temos dado. Não temos na pauta desta Comissão mais assunto nenhum pendente. Votamos todas as medidas provisórias,



todos os relatórios do Governo que foram entregues nesta Comissão, além do relatório da LDO.

Eu espero, Deputado Cajado, Senador Wilder, Deputado Danilo, Deputado Nelson, que a gente consiga cumprir as metas de datas, o cronograma; cumprir a votação da LOA este ano ainda, cumprindo nossa obrigação com o País.

Eu acho que a pior coisa que existe é o Governo usar dos seus instrumentos para fazer cumprir o Orçamento pela ausência, pela omissão desta Comissão em votar a LOA. Quando o Governo se vê na obrigação de exercer o que está previsto na LDO, de cumprir duodécimos e tal, porque nós nos omitimos, não votamos a LOA, seja por divergência, seja por falta, seja por obstrução, nós estamos justificando que o Governo ocupe o espaço que é nosso de direito e de obrigação. Quando o Governo faz isso é porque nós não cumprimos nossa obrigação de votar a LOA, seja aprovando-a, seja reprovando-a, mas discutindo e votando a lei, com o término do nosso trabalho.

Então, eu passo a palavra agora ao Deputado Danilo, mas eu não podia deixar de fazer este registro, mostrando a postura que esta Comissão de 2013/2014 tem tido com todos os temas que foram abordados, com o respeito absoluto que nós temos tido, coletivamente, à posição individual de cada um.

Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Primeiramente, obrigado, Sr. Presidente, por suas palavras e por sua compreensão em relação ao trabalho que a gente tentou conduzir à frente desta Casa. E o Dr. Ulysses dizia, no dia em que entregou a Carta Concidadã, a Constituinte de 88, com muita clareza: "*A grande quimera dos homens é a perfeição, que eles não têm*". Ninguém é perfeito. E eu tenho convicção também de que eu não tenho nenhuma perfeição. Por isso, eu gosto de escutar, gosto de ouvir, gosto de debater até a exaustão, mas não sou obrigado a aceitar as convicções dos outros, nem de forma autoritária, nem naquilo que eu não tenha segurança. Por exemplo, quando se faz desoneração, não necessariamente o imposto desaparece. A desoneração pode voltar para o mercado e voltar em outro tipo de imposto, em outro tipo de formatação. O que era IPI do automóvel pode voltar como PIS/COFINS em outra atividade, porque o meio circulante continua o mesmo.



Então, quer dizer, eu não tenho convicção clara com relação a essa questão, como também eu, por convicção ideológica, sou contra o superávit primário. Eu sou contra o superávit primário! O superávit primário privilegia a banca, privilegia o setor financeiro, que é o setor que tem o maior poder barganha; é quem mais ganha dinheiro neste País, em todos os balanços, em todos os momentos da nossa história. Eu acho que o superávit primário deveria ser feito para matar a fome de quem está morrendo de fome; para garantir os investimentos de combate à seca que não saíram e que eu estou cobrando nesta Casa; para garantir a infraestrutura necessária para que a gente tenha uma logística capaz de dar competitividade a este País de dimensão continental. Nós não temos uma influência e uma participação maior no comércio internacional porque não temos infraestrutura.

Então, o superávit primário deveria ser reserva de mercado, dentro do Orçamento, para o sistema bancário. O superávit primário deveria ser reserva de mercado, sim, para garantir a melhoria da condição de vida do povo. Agora, aceitei a formatação feita pelo Governo, porque o Governo tem compromissos que precisam ser cumpridos. E é exatamente dentro dos compromissos do Governo que precisam ser cumpridos que a gente tem que ter uma disciplina com relação a essa questão. E eu aceitei isso no relatório, como aceitei de todos os setores aqui organizados as sugestões para aprimorar o relatório.

Agora, o maior equívoco que esta Casa pode cometer, como o Sr. Presidente colocou muito bem, é se esquivar do poder de decisão que lhe é dado. Se nós não votarmos a LDO no plenário, volta o projeto original do Governo, e o projeto original do Governo é muito mais atrasado do que a LDO que esta Casa conseguiu construir, sem sombra de dúvida. Não é porque o Deputado Danilo Forte é o Relator, não — eu até muito me orgulho de ter tido essa missão desta Casa e de ter tido a sua confiança, Sr. Presidente, porque fui indicado para ser Relator —; é porque a gente conseguiu construir de forma democrática e participativa, inclusive ouvindo setores significativos da Oposição. Agora, não é obrigado o Relator assumir no seu relatório todas as demandas que ali foram colocadas.

Segundo, não houve formalidade — volto a repetir, não houve nenhuma formalidade — na reunião do PMDB, inclusive terminou até em brincadeira, porque o Líder do partido estava na sala e até disse: *“Faça o destaque e apresente, que eu*



voto com você”. Então, quer dizer, não teve formalidade, ali não houve formalidade com relação a esse procedimento. Lamento se o Deputado Cajado entendeu dessa forma, mas não houve nenhuma formalidade, até porque naquele ambiente ali eu nem tinha condições de definir todas as situações que estavam ali colocadas. Onde houve formalidade, sim, foi na reunião da Mesa, presidida por V.Exa., com todos os Líderes de todos os partidos. Ali foi que houve formalidade, sim, na busca da unidade em torno da votação que foi construída — nós estamos em novembro, e, de maio para cá, são 7 meses — ao longo de 7 meses de debates aqui nesta Comissão.

Então, Sr. Presidente, o que eu gostaria de dizer é exatamente que eu não tenho nenhuma dificuldade em defender o meu relatório, porque foi um relatório estudado, participativo, debatido. Eu acho que, dentro daquilo que a gente podia construir, era o melhor que se podia fazer, do que estava ali apresentado, do que foi debatido, respeitando as pessoas, respeitando os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas, os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras.

Houve até aquela questão da emenda do Senador Suplicy, que também ficou um pouco chateado, mas a gente tentou ali dar uma perspectiva de um programa que traz consigo distribuição de renda, que é muito importante para um país com tantas desigualdades como o nosso, que ainda tem 15 milhões de brasileiros que vivem com menos de 3 reais por dia. E no meu Estado, infelizmente, ainda tem 1 milhão e meio de pessoas que vivem com menos de 3 reais por dia, o que é um estado de pobreza absoluta.

O que a gente tentou foi exatamente buscar uma condição capaz de contribuir para que o Orçamento não seja uma peça de ficção perdida numa literatura contábil, mas que seja uma peça que dê eficiência, eficácia, dinamismo, ação orçamentária indutora de crescimento, de desenvolvimento e de igualdade social em todo o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo.

Dando prosseguimentos ao último item, que é a apreciação do relatório apresentado ao Ofício nº 29, de 2013-CN, que *“encaminha Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste — FNE,*



exercício de 2012. Relator: Deputado Nelson Meurer. Voto no sentido de que a Comissão tome conhecimento da matéria e determine o seu arquivamento”.

O Relator está com a palavra, para a apresentação do seu relatório.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu peço licença para ler uma parte do meu voto, em virtude de ser bastante longo. Já faz algum tempo que eu apresentei este relatório, que já é do conhecimento de todos, eu tenho certeza.

Dessa forma, “considerando que a execução do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste é para o exercício de 2012, será analisada pelo Tribunal de Contas da União quando do exame da correspondente prestação de contas. Não se verifica a necessidade da adoção de qualquer providência no momento.

Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão:

a) tome conhecimento da documentação encaminhada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, órgão vinculado ao Ministério da Integração Nacional, por meio do Ofício nº 29, de 2013-CN, relativo ao Relatório de Resultados e Impactos, tratando das atividades desenvolvidas e resultados obtidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, referente ao exercício de 2012; e

b) determine o envio dos referidos documentos ao arquivo”.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Nelson Meurer.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

O relatório agora está em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Está também aprovado.



Nada mais havendo na pauta desta reunião, eu determino o seu encerramento, com a conseqüente convocação de reunião para amanhã, dia 6 de novembro, quarta-feira, às 14h30min, para a pauta que será distribuída eletronicamente, e também para o dia 7 de novembro, quinta-feira, às 10 horas da manhã. E ainda, por razões estratégicas, vamos manter a reunião da quarta-feira, dia 6 de novembro, às 18 horas. Portanto, estão convocadas três reuniões desta Comissão.

Muito obrigado a todos os presentes. Que Deus nos acompanhe!

Está encerrada a reunião.